



GT (Pobreza, Desigualdades e Insuficiência Socioeconômica no Brasil)

## **Observando a Insuficiência Socioeconômica nas Capitais do Brasil: uma análise multidimensional do período de 2016 a 2022**

Amanda Reinaldo Marques  
Juliana Bacelar de Araújo  
Cassiano José Bezerra Marques Trovão  
Antônio Hermes Marques Da Silva Junior

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo avaliar a evolução das desigualdades e da insuficiência socioeconômica multidimensional para as capitais do Brasil nos anos de 2016, 2019 e 2022. Isso se dará com base na metodologia desenvolvida no projeto “Observatório das Desigualdades” da UFRN, denominada Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), que divide os indicadores em seis dimensões: 1) Educação; 2) Trabalho; 3) Renda corrente e patrimônio; 4) Condições habitacionais; 5) Acesso a bens de consumo de uso individual; e 6) Acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo. Utilizou-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O uso do índice multidimensional possibilita uma análise da insuficiência socioeconômica de forma relativa entre as capitais brasileiras. Constatou-se que os índices das capitais são influenciados pelo âmbito macrorregional, o que evidencia a necessidade de criar e adequar políticas públicas específicas que favoreçam aqueles em vulnerabilidade social e econômica de acordo com as dinâmicas locais. Assim, procura-se contribuir para que gestores públicos possam promover as ações necessárias para reduzir a insuficiência socioeconômica e atingir um padrão básico de equidade social no Brasil. Este estudo confirma as conclusões de pesquisas anteriores na escala macrorregional, diferenciando-se por focar nas capitais e suas disparidades em distintas dimensões (Trovão et al., 2023).

**Palavras-chave:** Desigualdades; Insuficiência Socioeconômica; Capitais Brasileiras; Políticas Públicas.

### **1. INTRODUÇÃO**

As capitais brasileiras apresentam uma série de desigualdades socioeconômicas, como disparidades de renda, acesso a serviços básicos, infraestrutura precária para segmentos das populações, segregação urbana, entre outros aspectos. Essa realidade é resultado de uma combinação complexa de fatores históricos de exclusão social, distribuição desigual de



recursos, políticas públicas inadequadas, entre outros condicionantes que aumentam a pobreza e a desigualdade no Brasil, em meio a um processo de crescimento econômico que intensificou a concentração populacional em áreas metropolitanas e, em particular, nas capitais das unidades federativas do país.

Segundo Trovão, Silva Jr. e Araújo (2023, p.2), a insuficiência socioeconômica é uma condição que se manifesta por meio da insuficiência de acesso, em múltiplas dimensões, a um conjunto de elementos essenciais para a reprodução da vida material em sociedade. As privações de acesso, captado por distintas variáveis nas múltiplas dimensões que caracterizam as desigualdades existentes entre as capitais do Brasil, materializam-se no IISM: um indicador que vem para contribuir com o progresso de pesquisas sociais e econômicas, ao possibilitar uma análise multidimensional, com base nos censos demográficos ou nas pesquisas amostrais domiciliares.

Devido à não divulgação dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 2020 e 2021, estabeleceu-se uma análise trianual (2016, 2019 e 2022) dos dados das capitais do Brasil. Com o intuito de disseminar conteúdo de investigação estatística tanto para a comunidade acadêmica como para as pessoas interessadas na problemática das desigualdades socioeconômicas nos domicílios brasileiros, este artigo traz um contexto de disparidade socioeconômica olhando para as capitais brasileiras.

Este trabalho está dividido em 4 seções. Na primeira, apresenta-se uma pequena revisão da literatura econômica nacional sobre a pobreza e a desigualdade nas capitais do Brasil. Na seção seguinte, apresenta-se a base de dados utilizada na pesquisa, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, bem como a metodologia para a construção do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM). A terceira seção aplica a metodologia na base de dados da PNAD Contínua e traz uma análise dos resultados obtidos para as capitais que possuem maior disparidade na insuficiência socioeconômica. A última seção contém algumas considerações finais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**





# 26º Seminário de Pesquisa do CCSA

*Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia*  
23 a 27 de setembro de 2024

Segundo o Mapa da Desigualdade entre as capitais brasileiras (1ª edição, 2020, p.3) publicado pelo Programa Cidade Sustentáveis, “Em muitos aspectos, as capitais são determinantes para a organização espacial da sociedade e para a formação de redes urbanas, transcendendo sua função estabelecida na governança do pacto federativo”.

Os municípios considerados capitais recebem uma grande migração de pessoas que se deslocam em busca de melhores condições de vida, oportunidades de emprego, formação educacional, fixando moradia no próprio município ou, como observado no último censo demográfico de 2022, em cidades pertencentes a região metropolitana, onde o custo de vida é menor.

Segundo Santos (2010, p.106) “... é a expressão da inadequação da infraestrutura, o que representa um custo para o deslocamento cotidiano da população que ali reside.” O autor refere-se aos municípios das regiões metropolitanas que absorvem importante contingente populacional oriundo das cidades centrais, em decorrência do alto custo de vida ou por falta de empreendimentos imobiliários de baixo custo, o que acaba gerando um problema de mobilidade urbana entre os grandes centros e as regiões metropolitanas, o que contribui para uma piora da qualidade de vida das pessoas. Essas pessoas não conseguem ter tempo de qualidade para usufruir do ganho com o esforço do trabalho e, se sujeitam à um deslocamento degradante devido a infraestrutura precária metropolitana, agravando sobremaneira a crise urbana.

O processo de formação das capitais, enquanto centros administrativos e políticos, tem ligação direta com o processo de urbanização no Brasil, que aconteceu de forma acelerada e desorganizada.

O processo de urbanização dá-se de maneira intensa entre os anos de 1950 e 1980, com forte migração do campo em direção, principalmente, às grandes áreas urbanas mais dinâmicas, o que se rebate sobre a formação do mercado de trabalho organizado brasileiro, que não absorve todo esse contingente populacional e cria um excedente de mão de obra “inutilizável” (Araújo, 2011, p.1 apud Tavares, 1981).

Esse processo causou o desordenamento do crescimento populacional no território, fazendo inclusive com que algumas regiões crescessem mais em detrimento de outras, que se tornam exportadoras líquidas de população. Antecedendo esse processo, temos o exemplo da (política do café com leite, 1898-1930), no qual o poder se concentrava em São Paulo (detentores da produção de café) e Minas Gerais (detentores da produção de leite). Não é de hoje



# 26º Seminário de Pesquisa do CCSA

*Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia*  
23 a 27 de setembro de 2024

que observamos a influência política e econômica em relação à organização da população nos territórios do Brasil, o que se reflete nos aspectos socioeconômicos dos domicílios.

A trajetória desigual que o Brasil enfrenta, é fruto da condição de subdesenvolvimento que afeta grande parte dos países que tiveram um desenvolvimento tardio (Draibe, 1985). O processo de crescimento econômico experimentado pelo Brasil em sua formação histórica e econômica, considerando os aspectos estrutural, social e econômico da população, é um ponto de partida relevante para a análise das condições de pobreza e desigualdade no país.

Segundo Oliveira (2023, p.6752), o processo de formação econômica no Brasil só considerou a desigualdade social a partir de 1930, com o novo governo, mais precisamente no que tange aos direitos dos trabalhadores.

Entre 1930 e 1964, o Brasil viveu um ciclo de desenvolvimento econômico capitalista acelerado que impulsionou o processo de implantação e consolidação industrial em várias áreas: metalurgia, automobilística, química, petroquímica, alimentícia, eletrodomésticos, entre outros. Nesse período apareceram as primeiras políticas públicas visando minimizar a desigualdade social através da instituição do salário mínimo, de aposentadoria, regulamentação da jornada de trabalho, cuidados mínimos com a saúde do trabalhador, planos habitacionais sob a responsabilidade do Estado (Oliveira, 2023, p. 6752).

Foi a partir do governo getulista, que houve uma maior atenção à questão “social”, o que contribuiu para o entendimento da recorrência das desigualdades no Brasil enquanto um fenômeno estrutural, que emerge como sintoma do processo histórico político. O aumento das desigualdades só se tornou um desafio a ser enfrentado na última década do século XX, momento em que foram criadas agendas de políticas públicas sociais com o intuito de diminuir os índices de fome, miséria e pobreza nacional.

Em suma, o que chama atenção é esse processo tardio de atenção ao bem estar social, influenciou as condições de vida da população. A postergação das iniciativas para combater essas insuficiências socioeconômicas, só evidencia, em vários aspectos, o quanto a privação a serviços básicos, contribuem para as desigualdades socioeconômicas do Brasil.

A literatura econômica tem contribuído para a criação de indicadores socioeconômicos. Neste trabalho, procura-se avançar e contribuir com essa literatura ao propor uma análise multidimensional dos indicadores de desigualdade social entre as capitais brasileiras, que apesar de todo o movimento de desconcentração e crescimento da rede urbana,



seja através do crescimento das cidades médias, especialmente as interiorizadas, ou do entorno metropolitano, as 27 capitais do país ainda representavam cerca de 22% da população em 2022, segundo dados do Censo Demográfico de 2022, e cerca de 28% do PIB em 2021, de acordo com os dados do PIB dos Municípios do IBGE.

### **3. METODOLOGIA**

Esta pesquisa é de natureza teórico-empírica, e utiliza o IISM para permitir uma abordagem multidimensional da insuficiência socioeconômica, apoiando estudos e análises que exploram informações obtidas por pesquisas domiciliares. Neste trabalho, o índice foi aplicado para explorar o potencial da PNAD Contínua, utilizando dados dos anos de 2016, 2019 e 2022.

O IISM foi concebido para medir o grau de insuficiência socioeconômica de um país, uma localidade ou qualquer outra unidade de análise que envolva agregações de domicílios, considerando seis dimensões diferentes: 1) Educação; 2) Trabalho; 3) Renda corrente e patrimônio; 4) Condições habitacionais; 5) Acesso a bens de consumo de uso individual; e 6) Acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo.

Cada uma dessas dimensões é composta por um conjunto de indicadores que possibilitam a identificação e a classificação de cada uma das pessoas e dos domicílios respondentes do questionário da pesquisa em relação à condição de insuficiência socioeconômica e em quais dimensões essa se manifesta.

Cada um dos indicadores assume os valores um ou zero, caso a condição definida seja cumprida ou não, respectivamente; é possível calcular o somatório dos valores observados para os indicadores específicos em cada uma das dimensões, cujo valor pode variar entre zero e o número de indicadores de cada dimensão; um domicílio será classificado com insuficiência socioeconômica em cada uma das dimensões se a razão entre o somatório dos valores dos indicadores observados e o total de indicadores da dimensão for igual ou superior à 0,25.

A classificação dos domicílios dessa forma permite o cálculo das frequências relativas dos domicílios em situação de insuficiência socioeconômica para cada uma das dimensões. Esse valor nos informa o peso relativo dos domicílios nessa condição em relação ao total. Isso permite afirmar que um valor mais próximo de um (100%) indica um maior grau de



insuficiência em uma determinada dimensão. Por outro lado, quanto mais próximo de zero, menor será esse grau de insuficiência.

Utilizamos uma figura geométrica, o hexágono, para representar no plano cartesiano as seis dimensões definidas para a construção do IISM. Ao fazer isso, a proporção de domicílios em insuficiência em cada uma das dimensões passa a representar o valor dos pontos dos vértices do hexágono, cuja distância em relação ao ponto central (0,0) pode variar de zero a um.

Numa situação hipotética, um hexágono perfeito na área mais externa representaria a pior situação possível, isto é, 100% dos domicílios encontram-se em situação de insuficiência socioeconômica em 100% das dimensões. Nesse caso, a distância entre cada um dos pontos dos vértices e o ponto central do hexágono possui tamanho igual a unidade. A melhor situação é a que se aproxima ou se encontra no eixo zero.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Cada uma das seis dimensões de análise utilizadas para auferir o nível de insuficiência socioeconômica das capitais, é formado por variáveis que caracterizam os domicílios da PNAD Contínua, e a proporção dessas variáveis nos retorna um valor percentual do quanto as famílias podem ser consideradas insuficientes nas distintas dimensões.

Uma análise multidimensional da condição de insuficiência socioeconômica com um olhar para as disparidades entre as capitais do Brasil é relevante para a concepção e a avaliação das políticas públicas sociais e econômicas no país. Saber como está, ou como evoluiu, a condição de insuficiência socioeconômica dos domicílios nas capitais e nos grandes centros urbanos brasileiros contribui para reforçar a necessidade de planejamento urbano e regional para a elaboração e implementação de programas de combate às desigualdades e à insuficiência de acesso da população residente em suas múltiplas dimensões.



**Quadro 1 – Dimensões, indicadores do IISM e nomes das variáveis**

Dimensão	Indicador	Nome da Variável
Educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença no domicílio de pessoas de 18 anos ou mais analfabetas</li> <li>- Presença no domicílio de pessoas de 6 a 17 anos fora da escola</li> <li>- Presença no domicílio de pessoas de 6 a 17 anos de idade em defasagem escolar</li> <li>- Ausência no domicílio de pessoas de 18 anos ou mais com, no mínimo, ensino médio completo</li> </ul>	adulto_analf jovem_fora_escola jovem_em_defas0617 sem_ensi_med_comp
Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais desocupadas</li> <li>- Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais em situação de desalento</li> <li>- Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais subocupadas</li> <li>- Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais na informalidade</li> </ul>	desalento desocup subocup informal
Renda e patrimônio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a linha de pobreza extrema (0.25 do salário mínimo)</li> <li>- Rendimento domiciliar per capita inferior a linha de pobreza (0.5 do salário mínimo) sem qualquer benefício ou assistência monetária por parte do governo</li> <li>- Presença no domicílio de pessoas de 65 anos de idade ou mais sem aposentadoria ou pensão</li> <li>- Ausência de registro de propriedade do domicílio em nome de qualquer um de seus moradores</li> </ul>	ext_pobreza pobreza_sem_assist idoso_sem_apos sem_propriedade
Condições habitacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de material apropriado na composição das paredes do domicílio (alvenaria ou madeira apropriada)</li> <li>- Ausência de sanitário de uso exclusivo dos moradores do domicílio</li> <li>- Utilização de lenha ou de combustível inadequado para a preparação de alimentos no domicílio</li> </ul>	sem_parede sem_sanitario sem_combust_fogao
Acesso a bens de consumo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência no domicílio de ao menos um telefone (fixo ou móvel)</li> <li>- Ausência no domicílio de ao menos uma geladeira ou freezer</li> <li>- Ausência no domicílio de ao menos uma máquina de lavar roupas</li> <li>- Ausência no domicílio de ao menos um televisor</li> <li>- Ausência no domicílio de ao menos um computador</li> <li>- Ausência no domicílio de acesso à internet</li> <li>- Ausência no domicílio de ao menos um veículo (motocicleta ou automóvel)</li> </ul>	sem_telefone sem_geladeira sem_maq_lavar sem_tv sem_pc sem_internet sem_veiculo
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência no domicílio de água proveniente da rede geral de abastecimento e distribuição</li> <li>- Ausência no domicílio de destino apropriado para o esgoto sanitário (rede geral ou fossa ligada à rede)</li> <li>- Ausência no domicílio de serviço de coleta de lixo</li> <li>- Ausência de energia elétrica</li> </ul>	sem_agua_rede sem_esgoto sem_col_lixo sem_eletric

**Fonte:** IBGE, PNAD. Elaboração dos autores.

Com o uso da metodologia do projeto “Observatório das Desigualdades”, foi possível avaliar as desigualdades em termos de ISM entre as capitais do Brasil. A Tabela 1 mostra os resultados estimados. É possível notar que os maiores níveis de insuficiência encontram-se em Rio Branco-AC onde 43% dos domicílios eram insuficientes na dimensão educação em 2022 e 64% dos domicílios em insuficiência na dimensão acesso a bens de consumo em 2019; Manaus-AM em 2016 tinha 55% dos domicílios em insuficiência na dimensão renda e patrimônio; Boa Vista-RR, em 2019, tanto na dimensão renda e patrimônio quanto na de condições habitacionais se destaca negativamente com 58% e 26 % respectivamente; Belém-PA na dimensão trabalho em 2016 e 2022 ficou com o pior índice de 67% e 65% e na dimensão acesso a bens de consumo, em 2022, apresentou 60% dos domicílios como insuficientes; Macapá-AP com 73% dos domicílios em insuficiência em 2019 na dimensão trabalho, com o pior índice em termos de



# 26º Seminário de Pesquisa do CCSA

*Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia*  
23 a 27 de setembro de 2024

condições habitacionais em 2022, e nesse mesmo ano, com o pior indicador em acesso a bens e serviços de uso coletivo (72%); Palmas-TO, em 2022, se destaca negativamente com 56% dos domicílios em insuficiência de renda e patrimônio; Teresina-PI em 2016 e 2019 com 89% e 88% respectivamente com insuficiência de acesso a bens e serviços de uso coletivo; Maceió-AL em 2016 e 2019 com 51% e 48% dos domicílios insuficientes na dimensão educacional; Goiânia-GO em 2016 com 35% dos domicílios em situação de insuficiência na dimensão de condições habitacionais, cenário esse que mudou positivamente nos outros dois anos de análise. Destaca-se que entre os piores resultados estão 6 capitais da região Norte, 2 da região Nordeste e 1 da região Centro-Oeste. Não se pode deixar que lembrar que quanto mais próximo de 100% (pior o caso) mais insuficiente socioeconomicamente a capital se encontra nos períodos de tempo observados, 2016, 2019 e 2022.

Nos casos dos melhores índices, podemos observar que estão as capitais dos estados das regiões Sul e Sudeste, não sendo encontrada nenhuma capital do Norte, para os anos de análise considerados. Ao contrário do que se vê nas capitais do Norte e do Nordeste, em quatro dimensões: educação, condições habitacionais, acesso a bens de consumo e acesso a bens e serviços de uso coletivo, as capitais do Sul e do Sudeste destacam-se pelos baixos índices de insuficiência nessas dimensões.

Comparar capitais de estados de regiões diferentes, como foi observado no referencial teórico, reforçam o argumento da condição de desigualdades associadas à trajetória de desenvolvimento heterogênea do país. O processo de urbanização que se deflagrou desordenadamente, veio a caracterizar as cidades metrópoles e as regiões metropolitanas, que se formaram em torno das capitais, como espaços de materialização de desigualdades.



# 26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

**TABELA 1 – Proporção de domicílios agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica. Capitais Brasileiras, 2016-2022.**

recorte_analise	EDUCAÇÃO			TRABALHO			RENDA E PATRIMÔNIO			CONDIÇÕES HABITACIONAIS			ACESSO A BENS DE CONSUMO			ACESSO A BENS E SERVIÇOS DE USO COLETIVO		
	2016	2019	2022	2016	2019	2022	2016	2019	2022	2016	2019	2022	2016	2019	2022	2016	2019	2022
Capital Município de Porto Velho (RO)	0,42	0,40	0,40	0,47	0,55	0,53	0,46	0,47	0,45	0,07	0,11	0,07	0,49	0,43	0,33	0,87	0,77	0,68
Capital Município de Rio Branco (AC)	0,50	0,44	0,43	0,52	0,58	0,51	0,49	0,48	0,48	0,08	0,22	0,14	0,65	0,64	0,48	0,46	0,36	0,22
Capital Município de Manaus (AM)	0,41	0,34	0,29	0,62	0,64	0,63	0,55	0,56	0,43	0,05	0,07	0,08	0,56	0,51	0,47	0,51	0,29	0,30
Capital Município de Boa Vista (RR)	0,41	0,37	0,35	0,54	0,65	0,53	0,51	0,58	0,52	0,08	0,26	0,05	0,42	0,42	0,41	0,67	0,53	0,30
Capital Município de Belém (PA)	0,43	0,36	0,29	0,67	0,65	0,65	0,44	0,50	0,41	0,32	0,24	0,12	0,64	0,60	0,60	0,67	0,40	0,34
Capital Município de Macapá (AP)	0,43	0,44	0,40	0,62	0,73	0,63	0,48	0,53	0,42	0,08	0,13	0,17	0,53	0,51	0,51	0,89	0,79	0,72
Capital Município de Palmas (TO)	0,37	0,28	0,26	0,41	0,53	0,47	0,49	0,56	0,56	0,01	0,08	0,05	0,40	0,36	0,30	0,13	0,12	0,16
Capital Município de São Luis (MA)	0,38	0,33	0,30	0,59	0,63	0,58	0,53	0,51	0,41	0,05	0,17	0,10	0,59	0,62	0,53	0,37	0,37	0,35
Capital Município de Teresina (PI)	0,47	0,41	0,30	0,59	0,61	0,57	0,40	0,39	0,35	0,08	0,21	0,11	0,60	0,51	0,40	0,89	0,88	0,61
Capital Município de Fortaleza (CE)	0,42	0,37	0,36	0,50	0,52	0,53	0,54	0,52	0,50	0,05	0,02	0,01	0,54	0,51	0,48	0,21	0,26	0,19
Capital Município de Natal (RN)	0,37	0,38	0,31	0,49	0,53	0,51	0,45	0,52	0,52	0,03	0,03	0,02	0,41	0,45	0,44	0,63	0,62	0,47
Capital Município de João Pessoa (PB)	0,39	0,39	0,36	0,45	0,52	0,47	0,43	0,49	0,47	0,09	0,10	0,02	0,42	0,43	0,37	0,23	0,28	0,21
Capital Município de Recife (PE)	0,39	0,33	0,36	0,45	0,52	0,51	0,50	0,50	0,51	0,01	0,02	0,03	0,44	0,49	0,54	0,27	0,17	0,28
Capital Município de Maceió (AL)	0,51	0,48	0,41	0,46	0,42	0,52	0,51	0,57	0,52	0,01	0,05	0,02	0,60	0,60	0,58	0,53	0,33	0,50
Capital Município de Aracaju (SE)	0,39	0,35	0,30	0,38	0,49	0,54	0,45	0,53	0,52	0,01	0,02	0,03	0,51	0,45	0,46	0,09	0,17	0,11
Capital Município de Salvador (BA)	0,36	0,33	0,32	0,54	0,57	0,52	0,50	0,44	0,44	0,03	0,02	0,02	0,53	0,51	0,52	0,08	0,04	0,01
Capital Município de Belo Horizonte (MG)	0,33	0,30	0,24	0,43	0,48	0,41	0,42	0,44	0,44	0,02	0,05	0,05	0,32	0,31	0,26	0,01	0,02	0,01
Capital Município de Vitória (ES)	0,27	0,21	0,25	0,30	0,42	0,36	0,38	0,39	0,41	0,01	0,04	0,02	0,31	0,25	0,31	0,01	0,00	0,01
Capital Município de Rio de Janeiro (RJ)	0,34	0,27	0,22	0,32	0,44	0,38	0,37	0,41	0,44	0,00	0,01	0,03	0,36	0,33	0,31	0,02	0,02	0,03
Capital Município de São Paulo (SP)	0,32	0,30	0,25	0,42	0,49	0,44	0,45	0,47	0,45	0,03	0,04	0,02	0,31	0,32	0,26	0,03	0,07	0,03
Capital Município de Curitiba (PR)	0,33	0,26	0,27	0,36	0,42	0,35	0,37	0,37	0,40	0,04	0,08	0,06	0,25	0,19	0,20	0,02	0,02	0,01
Capital Município de Florianópolis (SC)	0,24	0,23	0,19	0,31	0,37	0,33	0,42	0,40	0,43	0,03	0,15	0,09	0,24	0,19	0,18	0,35	0,33	0,28
Capital Município de Porto Alegre (RS)	0,33	0,28	0,27	0,38	0,38	0,34	0,35	0,31	0,36	0,11	0,13	0,10	0,30	0,31	0,27	0,04	0,04	0,06
Capital Município de Campo Grande (MS)	0,37	0,38	0,32	0,40	0,50	0,43	0,39	0,46	0,43	0,30	0,20	0,06	0,33	0,35	0,29	0,26	0,25	0,22
Capital Município de Cuiabá (MT)	0,38	0,36	0,41	0,46	0,52	0,46	0,42	0,41	0,37	0,04	0,19	0,10	0,48	0,41	0,39	0,24	0,20	0,38
Capital Município de Goiânia (GO)	0,35	0,35	0,30	0,45	0,47	0,41	0,43	0,50	0,46	0,35	0,11	0,14	0,33	0,33	0,27	0,18	0,10	0,15
Capital Município de Brasília (DF)	0,34	0,33	0,29	0,41	0,48	0,46	0,51	0,50	0,53	0,07	0,08	0,04	0,30	0,27	0,26	0,13	0,12	0,10

Fonte: IBGE, PNAD Contínua. Elaboração dos autores.



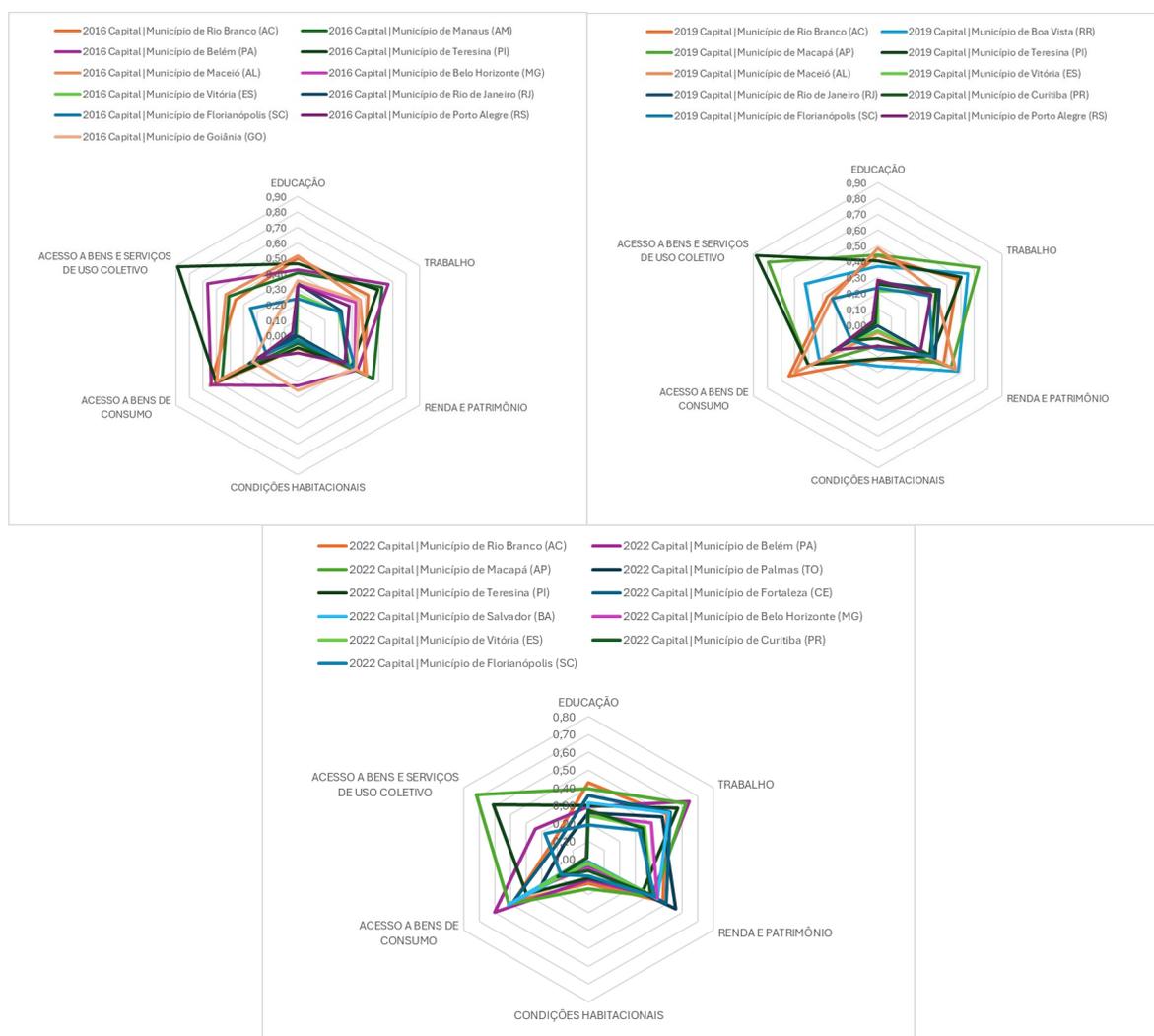
# 26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

Para a análise dos indicadores, as capitais foram agrupadas conforme os índices de insuficiência, sendo separadas em dois grupos: aqueles com melhores índices (próximos ao eixo zero) e aqueles com piores índices (próximos a um). Para os anos analisados, observou-se que, em 2016 e 2022, onze capitais apresentaram disparidades nos indicadores. Em 2019, o número de capitais com disparidades foi de dez.

**Figura 1** – Proporção de domicílios em situação de insuficiência socioeconômica segundo dimensões. Capitais do Brasil, 2016- 2022.



**Fonte:** IBGE, PNAD Contínua. Elaboração dos autores.

Com base nos gráficos de Radar, fica evidente a disparidade em termos de insuficiência socioeconômica entre as capitais piores e melhores nas dimensões estudadas. O



# 26º Seminário de Pesquisa do CCSA

*Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia*  
23 a 27 de setembro de 2024

uso dessa metodologia mostra-se relevante para esse olhar para as capitais brasileiras. No gráfico, observa-se uma acentuação da insuficiência em Teresina-PI na dimensão de acesso a bens e serviços de uso coletivo, que vem a melhorar em 2022, porém, não para alterar estruturalmente sua condição. Os dados contribuem para orientar programas que possam vir a melhorar esses índices como no caso daqueles que ampliam o acesso à água e ao saneamento básico nessas capitais. Outro exemplo seria Macapá-AP que, em 2019, apresentou uma proporção de domicílios de 73% sem acesso a emprego formal, outro elemento estrutural para a redução das desigualdades, qual seja, oportunidades de obtenção de renda no mercado de trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a análise aprofundada do recorte das capitais, foi preciso evidenciar a disparidade entre elas, em nível multidimensional, e o quanto isso corrobora com a análise macrorregional. Algumas regiões, devido às suas características históricas, políticas, geográficas, socioeconômicas e institucionais apresentam contrastes significativos no momento de analisar os níveis de insuficiência para cada uma das capitais abordadas.

No geral, constatou-se esse contraste evidenciando as diferenças e os elementos que influenciam esses níveis de desigualdade. Esses elementos foram abordados nas características das variáveis em termos de suas condições de acesso a itens básicos como: empregabilidade, nível educacional, composição da habitação, poder de compra para consumir certos produtos e acesso a saneamento básico. Constatou-se que, apesar de uma melhora individualizada nas capitais, ficou explícito o quanto a desigualdade e a pobreza de acesso são realidades estruturais do país. Como já destacado por Trovão et al. (2023, p. 37), “a não divulgação das informações para os anos de 2020 e 2021, pelo IBGE, compromete uma análise mais profunda dos efeitos da pandemia sobre todas essas dimensões.

Procurou-se evidenciar a real necessidade de se pesquisar e analisar empiricamente dados como os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para retratar distintos recortes que podem servir de suporte para a construção de políticas públicas e a readequação das



# 26º Seminário de Pesquisa do CCSA

*Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia*  
23 a 27 de setembro de 2024

que já existem. Isso é especialmente relevante para os domicílios das capitais com maiores níveis de insuficiência socioeconômica, quais sejam, as que se encontram nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Juliana Bacelar. Introdução. Dissertação (Mestrado) – O mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período de 2004-2008. Unicamp, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2011.846013>. Acesso em: 12 jul. 2024.

Mapa da Desigualdade Entre as Capitais Brasileiras. Programa Cidades Sustentáveis, Fundação Ford, 2020. 1ª edição. Disponível em: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadecapitais>. Acesso em: 12 jul. 2024.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. Desigualdade social: uma trajetória de insistência no Brasil. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v.16, n.7, p. 6750-6766, 2023. Disponível em: <https://revistas.uned.es/index.php/RTSC/article/view/27706>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. Urbanização brasileira: um olhar sobre o papel das cidades médias na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.12, n.2, p. 103-120, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2010v12n2p103>. Acesso em: 12 jul. 2024.



# 26º Seminário de Pesquisa do CCSA

*Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia*  
23 a 27 de setembro de 2024

TAVARES, Maria da Conceição. Problemas de industrialización avanzada encapitalismos tardios y periféricos. *Economía da América Latina*, CIDE, p. 21-42. México, 1981.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; SILVA JR., Antônio Hermes Marques da; ARAÚJO, Juliana Bacelar. Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM): definição conceitual, proposição metodológica e aplicação para o Brasil com dados da PNAD Contínua de 2016-2022. Texto para Discussão, Departamento de Economia, UFRN, 2023. Disponível em: <https://ccsa.ufrn.br/portal/?p=17620>. Acesso em: 10 jul. 2024.